



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO – CAU/ES

ATA DA 39ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA NO DIA DEZESSETE DE MAIO DE 2016.

- 1 **Início:** 19h.....
- 2 **Término:** 22h.....
- 3 **Local:** Auditório da Sede do CAU/ES, Rua Hélio Marconi, 58, Bento Ferreira, Vitória, ES,
- 4 CEP: 29050-
- 5 690.....
- 6 **Presenças:** Arq. e Urb. **Tito Augusto Abreu de Carvalho** (Presidente). **Conselheiros**
- 7 **Estaduais:** Arq. e Urb. **Alberto Bernabé Kirchmayer**, Arq. e Urb. **André Tomoyuki Abe**,
- 8 Arq. e Urb. **Cristiane Locatelli Magno**, Arq. e Urb. **Marco Antônio Cypreste Romanelli**,
- 9 Arq. e Urb. **Paulo César Mendes Glória** e Arq. e Urb. **Regina Márcia Costa Signorelli**.
- 10 **Convidados:** Arq. e Urb. **Clemir Regina Pela Meneghel** (conselheira suplente).
- 11 **Assessoria ao Plenário:** Ana Lucia Nascimento dos Reis. **Secretaria:** Márcia Martins
- 12 **Angeli** **Funcionários:** Wiviane Lombardi Broco e Sandra Milanez
- 13 **Grechi**.....
- 14 **ITEM I – Verificação do quórum** – Constatado o quórum regimental com a presença de
- 15 sete conselheiros. **ITEM II – Execução do Hino Nacional Brasileiro** – O presidente **Tito**
- 16 **Carvalho** convidou a todos para ficarem de pé e entoar o Hino Nacional Brasileiro. **ITEM III -**
- 17 **Abertura dos trabalhos e aprovação da pauta** – O presidente **Tito Carvalho** declarou
- 18 abertos os trabalhos, agradeceu a presença de todos e fez a leitura da pauta, dando aos
- 19 conselheiros que desejassem a oportunidade de sugestão de modificação. Após solicitação
- 20 de alteração da ordem dos itens e acréscimo de Item (Aprovação Simplificada de Projetos),
- 21 o **Presidente** submeteu a pauta a votação e aprovação, sendo aprovada por unanimidade.
- 22 **ITEM IV – Leitura e aprovação da Ata da 38ª Sessão Plenária Ordinária** – Após leitura e
- 23 considerações dos conselheiros, o presidente **Tito Carvalho** submeteu a Ata da 38ª
- 24 Sessão Plenária Ordinária do CAU/ES a votação e aprovação, sendo aprovada por cinco
- 25 votos a favor: Alberto Kirchmayer, André Abe, Paulo Glória, Regina Signorelli e Marco
- 26 Romanelli e uma abstenção: Cristiane Locatelli Magno. O novo processo de elaboração da
- 27 Ata em que os debates não serão inseridos, apenas as decisões contextualizadas foi
- 28 avaliado e submetido a votação e aprovação, sendo aprovado por unanimidade, conforme

29 Deliberação na 38ª Sessão Plenária Ordinária do CAU/ES, Item IV, realizada no dia
30 dezoito de abril de dois mil e dezesseis. **ITEM V - Homologação da Deliberação CEP-**
31 **CAU/ES nº 03/2016 – sobre a dispensa dos documentos exigidos pela Resolução CAU**
32 **nº 91/2014 para os RRT Extemporâneos oriundos de notificação/auto de infração** – O
33 coordenador da Comissão de Exercício Profissional – CEP-CAU/ES, **Marco Romanelli**
34 lembrou que um dos objetivos desta comissão é o aprimoramento de processos, conforme o
35 planejamento estratégico 2016. E relatou sobre o atual processo de regularização e
36 notificação de atividades elaboradas após a execução, através do Registro de
37 Responsabilidade Técnica - RRT Extemporâneo, onde após o profissional ser notificado
38 pela fiscalização, por não elaborar o RRT, o mesmo deveria provar a realização da atividade
39 para que a regularização fosse finalizada. Para dar agilidade aos processos acumulados foi
40 elaborada e aprovada pela CEP-CAU/ES a Deliberação nº 03/2016, que dispensa da
41 apresentação dos documentos exigidos pela Resolução CAU/BR nº 91/2014, para os
42 Registros de Responsabilidade Técnica - RRTs Extemporâneos emitidos para atender a
43 notificação / auto de infração emitidos pela fiscalização do CAU/ES. A comissão entende
44 que a notificação ou o auto de infração, assinado por um fiscal do CAU/ES informando que é
45 necessário um RRT para regularidade é um documento que comprova a referida atividade.
46 Após leitura realizada pelo coordenador da CEP-CAU/ES, **Marco Romanelli** e
47 considerações dos demais conselheiros, o presidente **Tito Carvalho** submeteu a
48 Deliberação CEP-CAU/ES nº 03/2016 a votação e aprovação, sendo aprovada por
49 unanimidade. **ITEM VI - Homologação da Deliberação CPFA-CAU/ES nº 02/2016 – sobre**
50 **a aprovação da prestação de contas do 1º trimestre de 2016** – A coordenadora da
51 Comissão de Planejamento, Finanças e Atos Normativos – CPFA-CAU/ES, **Regina**
52 **Signorelli** solicitou que a coordenadora administrativa e financeira, **Wiviane Broco**
53 realizasse a leitura da Deliberação nº 02/2016, elaborada e aprovada pela CPFA-CAU/ES,
54 na vigésima quinta reunião ordinária realizada no dia 10 de maio de 2016, sobre a prestação
55 de contas do primeiro trimestre de 2016. A coordenadora **Wiviane Broco** também
56 apresentou um demonstrativo das receitas e despesas do primeiro trimestre de 2016. A
57 receita foi de R\$618.633,97, sendo: R\$357.581,02 de anuidade de pessoa física,
58 R\$30.876,23 de anuidade de pessoa jurídica, R\$206.685,85 de RRT's, R\$14.397,74 de
59 taxas, multas e outras receitas, R\$9.093,13 de rendimentos sobre aplicação financeira. As
60 despesas foram de R\$370.018,99, sendo: R\$199.078,25 com pessoal e encargos,
61 R\$12.456,73 com passagens e diárias, R\$52.030,23 com transferências correntes para o
62 Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR (Centro de Serviço Compartilhado
63 - CSC e o fundo de apoio), e R\$106.452,78 para as demais despesas de funcionamento do
64 CAU/ES. O conselheiro **Marco Romanelli** complementou informando que a receita média

65 projetada para o resto do ano está em aproximadamente R\$120.000,00 por mês, indicando
66 que nossa receita deve empatar com a despesa. A coordenadora **Wiviane Broco** ressaltou
67 que o superávit do primeiro trimestre deve-se ao período de vencimento da anuidade nos
68 quatro primeiros meses do ano de 2016. Após as considerações de alguns conselheiros, o
69 presidente **Tito Carvalho** submeteu a Deliberação nº 02/2016 à votação e aprovação, sendo
70 aprovada por unanimidade. **ITEM VII - Informe sobre a composição da Comissão de**
71 **Planejamento e Finanças e Atos Normativos - CPFA-CAU/ES** – A conselheira **Regina**
72 **Signorelli** comunicou ao plenário sua decisão de desligamento da Comissão de
73 Planejamento e Finanças e Atos Normativos - CPFA-CAU/ES, considerando a
74 incompatibilidade entre suas atividades pessoais e profissionais e a agenda da comissão. O
75 presidente **Tito Carvalho** agradeceu a conselheira pela dedicação aos temas sobre
76 finanças e sobre as questões administrativas do CAU/ES, onde contribuiu com grande
77 relevância. O conselheiro **Alberto Kirchmayer** coordenador adjunto foi conduzido ao cargo
78 de coordenador da CPFA-CAU/ES. O cargo de coordenador adjunto será definido na
79 próxima reunião da comissão. **ITEM VIII - Relatório Administrativo/ Financeiro do**
80 **CAU/ES/ Receitas e Despesas referentes aos meses de janeiro a abril de 2016** – O
81 presidente **Tito Carvalho** solicitou que a coordenadora administrativa e financeira Wiviane
82 Broco apresentasse o relatório das receitas e despesas, referentes ao mês de abril de 2016
83 e o acumulado de janeiro a abril de 2016. A **Coordenadora** esclareceu que no cenário
84 acumulado, o CAU/ES obteve de anuidade de pessoa física, o valor previsto: R\$473.977,29
85 e o valor executado: R\$417.841,11. Anuidades de pessoa jurídica, valor previsto:
86 R\$40.924,00 e valor executado: R\$39.016,00. Os Registros de Responsabilidade Técnica –
87 RRTs, valor previsto: R\$384.387,00 e valor executado: R\$283.030,08, onde registrou-se
88 uma queda de 26% do acumulado de janeiro a abril de 2016. Valor previsto para taxas e
89 multas: R\$14.739,23 e o valor executado: R\$19.385,88. Rendimento sobre as aplicações
90 financeiras, o valor previsto: R\$21.045,07 e o valor executado: R\$12.158,54. O valor
91 previsto total: R\$935.073,42 e o valor total executado: R\$771.431,81. No resultado geral,
92 houve uma queda de 18% do valor executado em relação ao valor previsto. O presidente
93 **Tito Carvalho** informou que os valores previstos para arrecadação no exercício de 2016,
94 foram calculados tendo como base o percentual de execução de cada tipo de receita no
95 exercício de 2015, aplicado sobre o valor proposto no orçamento a ser executado no
96 exercício de 2016. A coordenadora **Wiviane Broco** prosseguiu com a apresentação,
97 informando que no mês de abril de 2016, o CAU/ES executou o que foi previsto de anuidade
98 pessoa física, pessoa jurídica, taxas e multas e que houve uma queda prevista de
99 arrecadação de RRT, onde o valor previsto era de R\$107.509,91 e o valor executado foi de
100 R\$76.344,23. E os rendimentos sobre aplicação financeira, com previsão de R\$5.462,94,

101 teve arrecadação apurada de R\$3.034,47. Informou que na questão de aplicação financeira,
102 o rendimento varia muito conforme a quantidade de saque da aplicação efetuado no mês. O
103 conselheiro **Marco Romanelli** e a coordenadora administrativa e financeiro do CAU/ES,
104 **Wiviane Broco**, realizaram a análise comparativa entre o número de profissionais e o
105 número de RRTs registrados de 2014 a 2016. Segundo o conselheiro, nosso recorde é 0,9
106 RRT por profissional em julho de 2014. Então, no melhor mês, desde 2014, o arquiteto e
107 urbanista capixaba recolheu menos de um RRT por mês. Em abril de 2016, estamos com
108 um pouco mais de 0,5 RRT por profissional. Então, hoje, cada arquiteto capixaba recolhe
109 um RRT a cada dois meses, em média. Pôde ser constatado o crescimento no número de
110 profissionais ativos e, em contrapartida, queda do número (quantidade) de RRTs pagos por
111 profissional ativo. Segundo informação dada pelo presidente do CAU/BR Haroldo, em
112 entrevista televisiva, 80% dos profissionais pesquisados, no ano passado, estão vivendo de
113 arquitetura, então, o Espírito Santo está destoando muito da média nacional. Estamos
114 recolhendo cada vez menos RRTs individualmente. Destacou o fato de que os números,
115 mesmo os mais altos, são muito baixos. Concluiu que este é mais um indicativo de que
116 temos um mercado profissional muito voltado para a informalidade, seja ilegal ou por atuar
117 em uma área que não é preciso regulamentar. O presidente **Tito Carvalho** informou que o
118 CAU/ES recebeu no dia 16 de maio de 2016, uma solicitação do CAU/BR para apresentar
119 sugestões referentes a reprogramação orçamentária, com um curto prazo para entrega, até
120 o dia 20 de maio de 2016. Finalizando, informou que o Relatório Financeiro / Administrativo
121 apresentado estará disponível em anexo a Ata desta Sessão Plenária. **ITEM IX - Comissão**
122 **de Política Urbana e Ambiental - CPOA** – O presidente **Tito Carvalho** relatou que já foram
123 realizadas duas reuniões da Comissão de Política Urbana e Ambiental - CPOA, com vistas a
124 trabalhar no processo eleitoral municipal. Na primeira reunião, realizada no dia 10 de maio
125 de 2016, foi sugerido pelos membros da comissão, a inclusão do arquiteto e urbanista
126 Giovanilton André Caretta Ferreira, do jornalista José Carlos Siqueira Junior e
127 representando o Sindarq-ES, o arquiteto e urbanista, José Carlos Neves Loureiro, para
128 contribuir com o conteúdo do documento que está sendo construído e para melhor
129 conversar com a sociedade. Na segunda reunião, realizada hoje, 17 de maio de 2016, foram
130 contextualizados os principais objetivos da comissão: estimular e promover o
131 desenvolvimento sustentável das cidades capixabas, elencar princípios norteadores da
132 agenda urbana municipal a serem apresentados aos candidatos e à sociedade em geral,
133 posicionar o CAU/ES como protagonista no debate do planejamento do desenvolvimento
134 urbano, envolver a comunidade de arquitetura e urbanismo capixaba, profissionais de
135 empresas e instituições no debate de planejamento de desenvolvimento urbano das cidades
136 capixabas, e valorização da arquitetura e do urbanismo no desenvolvimento urbano.

137 Informou que este documento terá uma formatação final e posteriormente será apresentado
138 ao plenário para aprovação. A próxima reunião da CPUTA foi agendada para o dia 24 de
139 maio de 2016, às 16 horas. O presidente **Tito Carvalho** pôs em votação e aprovação, a
140 sugestão para alteração da composição dos membros da comissão da CPUTA, incluindo os
141 nomes do arq. e urb. Giovanilton André Caretta Ferreira, arq. e urb. José Carlos Neves
142 Loureiro e do jornalista José Carlos Siqueira Junior. A conselheira **Clemir Meneghel** sugeriu
143 incluir como membro a arq. e urb. Maria de Lourdes da Silva Oliveira. O plenário aprovou
144 por unanimidade a inclusão de todos os nomes sugeridos, na composição da comissão da
145 CPUTA-CAU/ES. **ITEM X – Aprovação Simplificada de Projetos** – O presidente **Tito**
146 **Carvalho** relatou que em reunião com o vereador da Câmara Municipal de Vila Velha,
147 Ricardo Luiz Chiabai sobre autovistoria, e uma das demandas apontadas pelo vereador é o
148 debate que está havendo para aprovação do Novo Código de Obras de Vila Velha. O
149 CAU/ES está acompanhando os debates através da representação do vice-presidente
150 Marco Romanelli. Destacou que o item bastante expressivo é a questão do projeto de Lei
151 sobre Aprovação Simplificada de Projetos, já implantada nos municípios de Serra/ES e de
152 Vitória/ES. Diante de uma série de preocupações pertinentes e negativas para os
153 profissionais arquitetos e urbanistas sobre a Aprovação Simplificada de Projetos levantadas
154 pelo vereador, o presidente **Tito Carvalho** propôs a realização de uma audiência pública
155 para debater o tema entre os profissionais, com a presença de outras prefeituras da Região
156 Metropolitana da Grande Vitória, para a contribuição com o Projeto de Lei. O conselheiro
157 **Paulo Glória** relatou sobre o desafio para implantar o Protocolo Único, que diminui o prazo
158 na aprovação de projetos, na sua gestão como secretário de desenvolvimento urbano da
159 Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES e disse que o CAU não deveria abonar
160 ou concordar com qualquer procedimento que retire da aprovação qualquer legislação
161 urbanística, seja código de obras ou texto do PDM, e que as análises dos projetos devem
162 ser baseadas na legislação pertinente. O conselheiro **Marco Romanelli** acredita que o
163 CAU/ES deve participar dos debates para construir um posicionamento sobre o tema
164 sempre com a seguinte ótica: a nossa defesa é do projeto tão completo quanto seja
165 necessário e o que tem de ficar simplificado é a análise. A conselheira suplente **Clemir**
166 **Meneghel** informou que pode solicitar dois técnicos da Prefeitura Municipal de Vitória para
167 participar da audiência pública, considerando que o sistema está funcionando na
168 municipalidade. Acerca da manifestação do conselheiro Paulo Glória, o presidente **Tito**
169 **Carvalho** alertou sobre a existência de três posicionamentos: o do conselheiro, pois cada
170 um tem uma posição sobre isso, a posição do CAU/ES e outro será o resultado de uma
171 audiência pública que envolva o CAU/ES, o Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento
172 do Espírito Santo -IAB/ES, o Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado do Espírito

173 Santo - Sindarq-ES, as Prefeituras, entre outros. Após debates dos conselheiros, o
174 presidente **Tito Carvalho** submeteu a sua proposta a votação e aprovação: a realização de
175 uma audiência pública para debater sobre a Aprovação Simplificada de Projetos. Procedida
176 a votação a proposta foi aprovada por unanimidade. **ITEM XI - Relatório sobre Seminário**
177 **de Fiscalização – Brasília/DF, 12 e 13 de maio de 2016** – A coordenadora de fiscalização
178 e relacionamento institucional, **Ana Lucia Reis**, apresentou o relatório sobre a sua
179 participação no I Seminário de Fiscalização realizado pela Comissão de Exercício
180 Profissional - CEP-CAU/BR, nos dias 12 e 13 de maio de 2016, em Brasília/DF. Informou
181 que o evento é consequência de outros eventos realizados pela CEP-CAU/BR em 2015, que
182 tratou sobre as Resoluções CAU nº 21/2012 e nº91/2014. O evento contou com a
183 participação de presidentes, conselheiros, gerentes, coordenadores e agentes de
184 fiscalização de vários CAU/UFs e estes foram divididos em 05 grupos. A cada grupo foi
185 proposto a análise de um caso afeto a fiscalização, com objetivo de analisar o procedimento
186 realizado em cada caso e preencher um checklist, baseado na Resolução CAU nº 22/2012.
187 Após análise dos casos, cada grupo fez sua explanação, seguida das considerações,
188 dúvidas e comentários dos demais participantes. Dentre os apontamentos levantados,
189 destacam-se: falta de coerência entre o fato gerador e a descrição da infração, falhas na
190 tramitação do processo, capitulação equivocada e a falta de comunicação dos atos
191 processuais. No segundo dia houveram as apresentações da equipe do CAU/BR, realizada
192 pelo gerente do Centro de Serviços Compartilhados - CSC, Cristiano Xavier Lucas Ferreira,
193 coordenadora do Sistema de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e
194 Urbanismo do CAU – SICCAU, Francilene de Castro Bezerra e coordenadora do Sistema de
195 Inteligência Geográfica – IGEO, Márcia Marinho de Lima, relatando a respeito das
196 modificações de seus respectivos sistemas. O gerente do CSC, explanou de maneira ampla
197 sobre a importância do adequado uso do sistema de registro de demandas, usualmente
198 conhecido como GAD, para que a demanda fosse efetivamente atendida. A coordenadora
199 do SICCAU informou que o sistema contará com uma série de alterações que auxiliarão no
200 desempenho e otimização das atividades da equipe de fiscalização dos Estados. Dentre as
201 que estão em andamento destaca-se o cadastramento de denúncia, a qual o CAU/BR
202 acredita que o denunciante deva classificar essa demanda, posição divergente do CAU/ES
203 que acredita ser mais adequado que esse tipo de demanda seja classificado internamente.
204 Outro item destacado pela coordenadora do SICCAU refere-se à criação de abas
205 específicas de gestão do processo de fiscalização, que hoje são controlados manualmente e
206 fora do SICCAU, por meio de planilhas Excel. A correção do sistema para emissão de multa
207 de RRT Extemporâneo pelo profissional foi outro item apresentado pelo CAU/BR. A
208 coordenadora **Ana Lucia Reis** destacou que dentre as alterações apresentadas, algumas

209 são frutos de solicitação dos técnicos dos CAU/UFs, e que apesar de estarem em
210 andamento ainda não há previsão para essas alterações estarem em operação no sistema,
211 segundo a coordenadoria do SICCAU. A coordenadora de geotecnologia do CAU/BR
212 informou que o IGEO - sistema de inteligência geográfica do CAU, será atualizado neste
213 ano, passando a ter dois perfis distintos de acesso, sendo um para os gestores,
214 disponibilizando gráficos e informações importantes para a tomada de decisão e outro para
215 a equipe operacional do CAU/UF. As funcionalidades do IGEO desktop e do Gis Coletor
216 também passarão por modificações, assim como os tutoriais, serão disponibilizados vídeos
217 aulas atualizadas. A previsão é que todas as alterações estejam disponíveis ainda em 2016.
218 Em seguida houve apresentação por parte dos CAU/UFs previamente inscritos, sobre suas
219 ações de fiscalização, entendidas como boas práticas. Entre outros, apresentaram suas
220 ações, o CAU/SP, CAU/AM, CAU/MT, CAU/TO e CAU/MS. A assessora jurídica do CAU/TO
221 informou que de acordo com a nova redação do Código do Processo Civil - CPC, é válida e
222 possível a comunicação dos atos processuais de forma eletrônica, isso substituiria o envio a
223 correspondência via correios com Aviso de Recebimento - AR, essa ação só não pode ser
224 utilizada para a peça inicial do processo de fiscalização (notificação). Outra prática apontada
225 remete a distribuição dos processos aos conselheiros fora das reuniões das comissões. Foi
226 apontado pelo CAU/MS a nomeação de delegados, arquitetos e urbanistas que representam
227 e são responsáveis pela interlocução das demandas dos municípios do CAU/MS com o
228 Conselho, são nomeados pelo presidente e ocupam cargo honorífico. Outra prática
229 apresentada pelos CAU/UFs diz respeito a um trabalho de conhecer as especificidades dos
230 municípios pertencentes a sua área de jurisdição e a partir delas estabelecer suas ações. O
231 CAU/SP informou que realizou uma ação voltada aos condomínios, inicialmente foram
232 realizadas visitas de orientação e no segundo momento ações ostensivas de fiscalização.
233 Convênios e parcerias com o Tribunal de Contas do Estado – TCEES e as concessionárias
234 de serviços públicos (água/esgoto e energia) foram firmados por alguns CAU/UFs. A
235 apresentação do Conselho a sociedade, foi outra prática apresentada, onde são realizadas
236 visitas no interior, onde o CAU/UF promove uma ação junto à rádio ou jornal local, buscando
237 a difusão do Conselho junto à sociedade. A coordenadora de fiscalização e relações
238 institucionais, informou que dentre as práticas apresentadas, ficou surpresa com o fato dos
239 analistas de fiscalização analisarem as defesas apresentadas, que em sua opinião essa
240 atuação não é adequada, uma vez que o fiscal estaria atuando em dois polos no mesmo
241 processo. O Conselheiro **Marco Romanelli** disse que a sua presença foi programada para o
242 segundo dia do seminário, com interesse no item do programa que corresponderia à metade
243 da tarde do segundo dia: o que fiscalizar. No entanto, pelo horário do voo, conseguiu
244 participar do segundo dia praticamente inteiro. Informou que ficou claro, na apresentação do

245 Centro de Serviços Compartilhados, que trabalham sob demanda. Não me pareceu que o
246 CSC tenha uma iniciativa própria de formular e propor soluções. Dado o custo do CSC,
247 pareceu pouco. Exemplificando, quando cheguei, estava sendo apresentada, como ordem
248 de serviço a ser atendida, a possibilidade de vincular um documento de fiscalização com
249 outro de ética. Como o princípio elementar da burocracia é a guarda de documentos de
250 modo organizado, é naturalmente necessário que possam ser agrupados livremente, isto é,
251 o SICCAU deveria permitir anexar qualquer documento a qualquer outro. No entanto, pelo
252 que estava sendo apresentado, pareceu que ainda não conseguimos fazer isso, ou seja,
253 não é possível montar um conjunto coerente de autos de um processo diretamente dentro
254 do SICCAU. Em conversa particular com o gerente do CSC, quando questionado sobre essa
255 impossibilidade, respondeu que eu fizesse uma solicitação a respeito. Se o CAU/ES não
256 pedir, o princípio elementar do armazenamento de documentos públicos continuará a ser
257 impossível no SICCAU. Em conversa com a coordenadora de fiscalização e relações
258 institucionais, Ana Lucia Reis e com a gerente geral Patrícia Cordeiro, concluímos que, além
259 de não vincular documentos de acordo com a necessidade da montagem dos processos, o
260 SICCAU não permite o armazenamento dos despachos. Mesmo que seja possível
261 acrescentar um documento novo a um conjunto de outros documentos existentes, não é
262 possível informar, quem anexou, porque anexou e que destino teve a documentação depois
263 disso. Isso é extremamente desfavorável, na medida em que o tempo passa e as pessoas
264 são substituídas ou se esquecem desses detalhes, que não ficarão anotados
265 eletronicamente em lugar algum. A não ser que exista uma versão impressa, como as que
266 usamos atualmente para os relatores nas comissões, e que são repletas de anotações
267 manuais que cumprem a função dos despachos digitais impossíveis. Em seguida, na
268 apresentação do IGEO, pareceu haver uma tendência de que ele passe a ser o módulo
269 operacional, de que o SICCAU perca os seus precários módulos operacionais e se
270 transforme, somente, no banco de dados do CAU. No entanto, não foi possível avaliar se os
271 operadores do CSC estão conscientes dessa possibilidade. Quando mencionaram a
272 intenção de promover eventos de treinamento, não foi citada a possibilidade de publicar uma
273 versão de teste para os usuários avaliarem livremente, dado o caráter bastante intuitivo da
274 interface do IGEO. No item sobre Boas Práticas, em que se destacou o formato de algumas
275 operações de fiscalização do CAU/SP, pronunciou-se, assinalando que se parecia muito
276 com o modelo de fiscalização dos CREAs, repetidas vezes rejeitado, quando da concepção
277 do CAU, em 2011. A reação dos representantes de São Paulo conseguiu, ao final da
278 sessão, trazer o debate para o tema que ficaria esquecido, o que fiscalizar. Tendo a
279 oportunidade de mencionar a grande proporção de profissionais que atuam com Interiores
280 no Espírito Santo, em sobreposição à arquitetura e urbanismo, com uma profissão não

281 regulamentada. Mencionou a extrema dificuldade de lidar com tal situação que, dentre
282 muitas outras, deveria ter um tratamento minimamente uniforme no país todo. E foi como
283 encerramos a participação no Seminário de Fiscalização. O presidente **Tito Carvalho**
284 retomou a fala e citou a possibilidade do agente de fiscalização analisar as defesas das
285 notificações para agilizar a demanda. A conselheira suplente **Clemir Meneghel** disse que o
286 analista pode emitir um parecer sobre o assunto, mas não pode decidir. A conselheira
287 **Cristiane Locatelli** informou que hoje já e assim, o parecer técnico é realizado pela gerente
288 geral Patricia Cordeiro. O conselheiro **Marco Romanelli** manifestou-se dizendo achar
289 estranho esse procedimento do agente fiscal analisar, deferindo ou não as defesas. O
290 presidente **Tito Carvalho** encerrou informando se tratar de um relato e não há o que
291 aprovar. **ITEM XII- Informe sobre a participação do CAU/ES na Expo Construções** – O
292 presidente **Tito Carvalho** informou que a demanda apresentada pela conselheira suplente
293 Aparecida Borges, representando um grupo de arquitetos e urbanistas, com interesse em
294 montar um estande no referido evento em parceria com o CAU/ES está sendo tratada pela
295 gerente geral Patricia Cordeiro. **ITEM XIII - Informe sobre a reunião com o Instituto de**
296 **Obras Públicas do Espírito Santo - IOPES** – O presidente **Tito Carvalho** informou que
297 recebeu durante a semana um grupo de técnicos do IOPES, Valber Pinheiro Padilha,
298 Diretor de Planejamento, arquitetos e urbanistas André Luís Servino Alvarenga e Silvia
299 Leticia Rothschaedl, buscando orientações para conduzir situações específicas, entre elas
300 modificações em projetos de autoria de terceiros, relacionadas aos projetos e obras
301 paralisadas no Instituto. O presidente **Tito Carvalho** sugeriu a criação de um grupo de
302 trabalho para auxiliar o Instituto quanto as questões técnicas referentes a direito autoral,
303 entre outros assuntos. O Plenário se manifestou favorável à criação do grupo. Foi decidido
304 que o CAU/ES aguardará a formalização da criação do grupo a ser solicitada pelo IOPES.
305 **ITEM XIV - Informe sobre Acessibilidade** – O presidente **Tito Carvalho** informou que
306 recebeu um ofício da Frente Parlamentar em Defesa da Acessibilidade, solicitando que o
307 CAU/ES se manifestasse sobre a acessibilidade do Teatro Municipal de Vila Velha, que foi
308 inaugurado no dia 13 de maio de 2016. Em reunião com o presidente Tito Carvalho o
309 vereador de Vila Velha, Ricardo Luiz Chiabai relatou que após visitar o teatro e encontrar
310 questões graves de acessibilidade, mobilizou-se através de divulgação do fato na
311 imprensa, Rede TV. Em atenção à solicitação o presidente **Tito Carvalho** informou que a
312 analista de fiscalização Jennifer Martins Noventa de Aragão realizou vistoria ao local e
313 produziu um relatório ilustrado que demonstra que a construção não é acessível. A
314 coordenadora de fiscalização e relações institucionais, **Ana Lucia Reis** informou que em
315 consulta ao SICCAU foi verificado que três arquitetos e urbanistas emitiram Registros de
316 Responsabilidade Técnica - RRTs relacionados a edificação e em todos os RRTs

317 possíveis, estão assinaladas que as atividades exercidas atendem as normas de
318 acessibilidade. A conselheira **Cristiane Magno** informou que é necessário verificar as
319 condições de acessibilidade das instalações do CAU/ES. Sugeriu a elaboração de um
320 Checklist para auxiliar na vistoria das obras. A conselheira suplente **Clemir Meneghel**
321 exemplificou a existência de construções como o Teatro Carlos Gomes, que é uma obra
322 antiga, não acessível e que deve haver uma adequação, e de obras novas que há uma
323 exigência maior das normas de acessibilidade. Informou que a Prefeitura Municipal de
324 Vitória está elaborando uma lei sobre acessibilidade, através de portarias. Sugeriu a criação
325 de um selo para a obra que atendesse as normas de acessibilidade. O presidente **Tito**
326 **Carvalho** propôs que fosse modelado pela equipe de fiscalização, juntamente com a
327 Comissão de Exercício Profissional CEP-CAU/ES uma ação voltada a verificar as
328 questões de acessibilidade de edificações públicas como hospitais, escolas, edifício
329 cultural, ambiente público municipal, estadual e federal, para ser apresentado na próxima
330 Sessão Plenária. A proposta aprovada por unanimidade. **ITEM XV - FÓRUM-ES – Fórum**
331 **Capixaba de Conselhos Profissionais e ordem** - O presidente **Tito Carvalho** sugeriu
332 transferir este ponto de pauta para a próxima Sessão Plenária, considerando a extensão
333 dos debates sobre outros itens apresentados nesta Sessão Plenária Ordinária, sendo
334 aprovado por unanimidade. **ITEM XVI - Autovistoria predial – Minuta de Projeto de Lei -**
335 O presidente **Tito Carvalho** sugeriu transferir este ponto de pauta para a próxima Sessão
336 Plenária, considerando a extensão dos debates sobre outros itens apresentados nesta
337 Sessão Plenária Ordinária, sendo aprovado por unanimidade. **ITEM XVII - Outros**
338 **assuntos** – O conselheiro **André Abe** disse que produziu um posicionamento sobre o
339 Viaduto de Aracruz, que não foi discutido. O presidente **Tito Carvalho** sugeriu agendar uma
340 reunião para produzir um documento e apresentar ao Plenário. A conselheira suplente
341 **Clemir Meneghel** informou que independente do parecer do Ministério Público sobre a
342 questão do Viaduto de Aracruz, o Conselho deve aproveitar a oportunidade para apresentar
343 ao Ministério Público e ao Governo do Estado, a importância do arquiteto e urbanista nas
344 obras públicas, conforme aprovado na 5ª Sessão Plenária Extraordinária do CAU/ES,
345 ocorrida em três de maio de dois mil e dezesseis. **ITEM XVIII - Encerramento** - O
346 presidente do CAU/ES, **Tito Carvalho** agradeceu a presença de todos e declarou encerrada
347 a trigésima nona Sessão Plenária Ordinária do CAU/ES. Para constar, eu, **Márcia Martins**
348 **Angeli**, lavrei a presente Ata, que será assinada por todos os conselheiros no exercício da
349 titularidade, para que reproduza os efeitos
350 legais.....

Vitória, 17 de maio de 2016.

Arq. e Urb. **Tito Augusto Abreu de Carvalho**
Presidente do CAU/ES

Márcia Martins Angeli
Secretária dos trabalhos

Arq. e Urb. **Alberto Bernabé Kirchmayer**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **André Tomoyuki Abe**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Cristiane Locatelli**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Marco Antônio Cypreste Romanelli**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Paulo César Mendes Glória**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Regina Márcia Costa Signorelli**
Conselheira Titular do CAU/ES